



DESLOCAMENTOS DE ONTEM E DE HOJE NA FRONTEIRA BRASIL - GUIANA: quem são os novos personagens (e as causas) da história atual?

Mariana Cunha Pereira

Doutorado em Antropologia Social e Estudos Comparados (UNB)
Pesquisadora Colaboradora da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Introdução

Pesquisas realizadas desde o primeiro levantamento de dados, em 2003, na região fronteira de Brasil e Guiana para fins de compor material etnográfico de pesquisa nos fizeram perceber que a Etnicidade e a Nacionalidade constituíam o mosaico cultural dos processos migratórios da composição sociocultural nos dois países: Brasil e Guiana.

Ali o contato interétnico é intenso quanto aos moradores, além dos Acordos Bilaterais entre estes Estados que se tornou ainda mais forte com a construção de rodovias ou da ponte sobre o rio Tacutu. A riqueza do que se constrói como reflexo das relações interétnicas e entre nacionalidades tem implicações no universo simbólico das pessoas e no modo como narram suas histórias. Atualizar essa discussão nos dados das revisitas de campo e através dos estudos recém-realizados por outros pesquisadores é o objetivo aqui tratado. Isto se faz por levantamentos de dados pesquisados junto ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Fronteira / GEIFRON e também pela pesquisa documental na biblioteca do Senado brasileiro e no site do Instituto Nacional de Pesquisa e Estatísticas.

Por diferentes caminhos a Guiana e o Brasil, vivenciaram processos migratórios que constituiu a formação do seu povo e que resulta hoje, em conjunturas culturais e socioeconômicas denunciando o modo como foram pensadas as primeiras relações de contato entre diferentes sociedades. A história política desses processos colonizadores pode ser resgatada para pensar os deslocamentos contínuos e temporários que hoje constroem o modo de vida na região de fronteira entre esses países. Discutir sobre isto e

apontar as possibilidades que se apresentam na relação transnacional diante de inúmeros acordos governamentais em uma América Latina marcada por desigualdades sociais são o propósito desse trabalho.

No que se refere ao Brasil o processo de colonização além de ter feito os nativos – os indígenas – como escravo no trabalho das plantações nas missões, na exploração do território brasileiro como guias. Também, trouxe na condição de escravos os negros africanos para o trabalho produtivo da monocultura. Depois a migração continuou com a chegada de Europeus, além daqueles que aqui chegaram para colonizar, vieram europeus trabalhadores de distintos países, em diferentes etapas para responder aos interesses socioeconômicos das mudanças internas do processo colonizador e até mesmo como consequência do pós-guerra. Assim a composição étnica do povo brasileiro denuncia esses processos migratórios e, hoje, anuncia através do aparecimento de identidades binacionais de que modo às estruturas se conformam no jogo de poder instituído pela interação social.

Na Guiana, também, a condição de ter sido uma colônia inglesa determinou a composição do mosaico cultural desse Estado-Nação. Para aquele país, durante o período colonial vieram negros africanos para trabalhar como escravos e posteriormente os Indianos numa relação contratual que alguns estudiosos denominam como semi-escrava (CURTAIN, 1975). Assim, tanto quanto o Brasil aquele país tornou-se um mosaico cultural na sua identidade e composição étnica sendo, esse ponto em comum entre Brasil e Guiana, o que nos instiga a pensar como se dão hoje, os deslocamentos na região de fronteira e quem são esses personagens que atualizam as relações sociais das quais seus antepassados foram peças significativas dos chamados “deslocamentos forçados”.

A história das migrações internacionais envolvendo Brasil, Guiana e Venezuela falam de conflitos que caracterizam as relações políticas daquela fronteira, ocorridos na primeira metade do século XIX tendo sido resolvido em 1904, por arbitragem do Rei da Itália. O referido litígio denominou-se “A questão do Rio Pirara”, e de sua solução encarregou-se pelo Brasil o Barão do Rio Branco. A Inglaterra utilizou-se de boas relações com a Itália para solicitar que o rei daquele país fosse o árbitro do litígio. O parecer foi negativo ao Brasil, o que gerou surpresa, uma vez que este país havia ganhado, na época, outros conflitos de fronteira semelhantes a este na região do Amapá. (MENCK, 2001).

Neste artigo, abordo a história da migração e os pactos e acordos que ora se anunciam referente à fronteira Brasil e Guiana, na região do Rupununi (Guiana) e do antigo território do Rio Branco (atual estado de Roraima). Hoje, nesta região, os possíveis conflitos que existam já não são de ordem políticos administrativos ou geopolíticos e sim ocasionados pelos deslocamentos contínuos que ali tem lugar e em função da conjuntura política que se organiza com base em interesses binacionais. Estes acordos e pactos têm início na década de 80, como conseqüências de políticas que se encaminham desde os anos 70. Os projetos desenvolvimentistas brasileiros pensados nos anos 70, como é o caso do Programa Polamazônia (1974/1977), criaram uma área denominada *Arco Norte* que compreende os estados do Amapá, de Roraima, de Rondônia, do Amazonas, do Pará e de Mato Grosso e objetivava expandir o desenvolvimento comercial até o Caribe. Na mesma perspectiva surgiram acordos bilaterais entre Brasil e Guiana tendo o comércio, via Caribe, como meta a alcançar. Um destes acordos foi à construção da Ponte Internacional do Tacutu, a rodovia 401 (Boa Vista a Bonfim) e a pavimentação da continuação desta (de Lethem a Georgetown), responsabilidade do governo da Guiana.

Para compor o texto deste artigo fazemos uso da pesquisa documental realizada para produzir a etnografia sobre os povos daquela fronteira e atualizada nos documentos disponibilizados na internet, em páginas do governo brasileiro e na biblioteca do Senado brasileiro, sobre os acordos bilaterais e as negociações entre os dois Estados-nação bem como nos jornais brasileiros que registraram negociações sobre a fronteira.

A realidade aponta o conceito: “deslocamentos forçados, migrações e deslocamentos contínuos”

Os processos históricos que retratam o período mais recente da conjuntura socioeconômica e política das regiões que envolvem o espaço fronteiriço aqui identificado como a região Norte no Brasil e a região do Rupununi na Guiana apontam para movimentos migratórios.

As migrações caracterizam a formação das sociedades desde os primeiros contatos entre os povos. No entanto, é possível demarcar três grandes tipos de migração de acordo com a conjuntura sóciopolítica e o significado da migração para quem o faz. Os primeiros movimentos migratórios, ocorridos durante o período colonial do Brasil e da Guiana são os deslocamentos forçados, ou seja, àqueles que foram conseqüências da escravidão. Os segundos são as migrações que foram incentivadas como políticas de

ocupação do território pelo governo nacional em função de garantir a defesa de suas terras. E por fim os deslocamentos contínuos, que aqui denominamos o ir e vir das pessoas em torno de seus interesses específicos, familiares e religiosos. Caracterizam-se por serem decorrentes do mundo globalizado, das guerras santas e da transnacionalidade do capital.

O sentido de deslocamentos contínuos nos ocorreu porque os sujeitos da migração na fronteira não fazem uma permanência definitiva no local para onde se deslocam, são movidos por necessidades específicas e que após serem resolvidas ou encaminhadas refazem o caminho de volta, ao seu local de origem até um próximo deslocamento.

Ali há uma fronteira de águas que permite um fluxo contínuo sobre as águas do rio Tacutu. Do lado do Brasil quando surgiu o Território Federal em 1943 - o território de Roraima - ocorreu à construção mínima de uma infra-estrutura física e administrativa. Não podemos nos referir a essas mudanças sem contextualizá-las na repercussão social para os povos da fronteira. Durante a construção da BR-174, que liga Manaus-Boa Vista, no trecho sul, bem como na sua continuação, Boa Vista-Caracas, no trecho norte, ocorreram inúmeros conflitos com os povos Waimiri-Atroari, uma vez que essa BR e os projetos de colonização que vieram subsequentes a ela demarcaram a política indigenista da década de 70 naquela região.¹ Foram também construídas nesse período a BR-210, que faz o contorno das fronteiras, também conhecida como Perimetral Norte, e a BR-401, que liga Boa Vista a Bonfim. Tudo isso contribuiu para um “boom” da expansão populacional e de acenos para um possível desenvolvimento que veio, segundo Rodrigues (1996), com o incentivo à migração, com projetos de assentamentos e de colonização agrícola implantados a partir de 1970, com os vários

¹ Estudiosos como Oliveira (1990) e Baines (1992) fazem a crítica da política indigenista que se direciona as etnias que vivem naquela região de fronteira. Para Oliveira (1990, p.25), o diagnóstico que o Conselho de Segurança Nacional (CSN) montou a fim de justificar o processo de ocupação da Amazônia analisava do ponto de vista econômico a viabilidade daquela região; justificava por esse aspecto prioritariamente, a necessidade da implantação de uma nova infra-estrutura, uma vez que considerava como aspecto limitante a “ausência de uma infra-estrutura capaz de viabilizar as iniciativas positivas de desenvolvimento econômico”, bem como de uma nova política indigenista que deveria resolver “o paradoxo entre a existência de grandes riquezas e a impossibilidade legal de explorá-las”. () Assim, além de propostas localizadas de ação, o CSN desenvolveu intenso *lobby* na Constituinte e ação junto à FUNAI no que concerne ao assunto mineração em terras indígenas”. Essa era a preocupação essencial de tal política. Também ao se reportar a essa concepção de política indigenista e à violação dos territórios Waimiri-Atroari, Baines (1992, p. 04/05), na mesma linha de criticidade, afirma: “A nova política indigenista é caracterizada pela ampliação da infra-estrutura na área indígena, o aumento de controle sobre os índios, a promoção de lideranças indígenas – chamados ‘capitães - que servem como porta-vozes da FUNAI e das empresas que estão avançando sobre seus territórios”.

momentos de intensificação do garimpo como atividade econômica nos anos 80, e com a criação do estado de Roraima, em 1988.

Ao fazer um recorte desse espaço de tempo, vê-se que segundo pesquisas no IBGE o crescimento demográfico de Roraima, no período de 1980 a 1991, aumentou em 3,81%. Esse dado reforça a tese de Rodrigues (1996), em seu estudo sobre os garimpos da região, de que, entre outras explicações, o crescimento populacional associa-se à expansão dos garimpos e que estes marcaram nova época naquele estado.

Esses são fatos que impulsionaram o processo migratório durante e após o período militar no Brasil e que, sem sombra de dúvidas, demonstram como ocorreu a política de migração e reforçaram a ideologia militarista de ocupação dessas fronteiras. É desse período à implantação de uma política de fronteira com base na presença militar; daí surgiu os primeiros Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs) e toda a construção, expansão e fomento de uma infra-estrutura de suporte às vilas militares.

Hoje os povos indígenas que habitam essa região às margens do rio Rupununi, e do rio Tacutu e na Savana do Rupununi, relacionam-se continuamente com seus parentes no Brasil e na Venezuela. Na Guiana não existe na Constituição o reconhecimento das terras tradicionais como terras a serem preservadas por serem de direito aos Ameríndios. Os “Ameríndian Settlements”, juntamente com as imensas cachoeiras, montanhas, florestas e águas termais, são divulgados como parte do turismo guianense, devido a uma leitura um tanto idealizada da natureza como meio de atrair turistas para a “fascinante vida nas vilas ameríndias”. Porém, a significativa presença deles naquela região fronteiriça serve à discussão de migração, ainda mais por que aqui estamos dando forma a categoria de análise “deslocamentos”, dado ao papel de grupo étnico e transnacional que ali representam.

A história de colonização também marca a Guiana, posto que ali a partir da presença dos holandeses surgiram as colônias de: Berbice, Essequibo e Demerara, nas quais prosperou na região costeira uma economia agrícola do cultivo de café, algodão, cacau, tabaco e cana de açúcar. Em 1831, entretanto a contenda entre Holanda e Inglaterra levou a que essas colônias passassem ao domínio inglês, sendo unificadas como Guiana Inglesa. E somente em 1977 a Guiana tornou-se independente. Mas, segundo Colina (1997, p. 01) ainda no período de colônia, a mão de obra escrava indígena não se adequou a estas atividades produtivas e: “Los indígenas, tribus descendientes del tronco arahuaco, se negaron a colaborar em los trabajos cañeros por

considerarlos muy duros y no pudieron ser sometidos por lãs armas, por lo que emigraron hacia lãs zonas selváticas del sur, donde se asentaron finalmente.” Esse fato concorreu para que se percebesse a necessidade de introduzir a mão de obra escrava negra oriunda da África.

A substituição da mão de obra escrava levou àquele país uma massa de trabalhadores contratados, oriundos principalmente do Oeste da Índia². Isso dinamizou as relações entre os grupos étnicos ali existentes. O cenário interno e externo colaborou para a relativa autonomia (1928) daquela colônia, e isso culminou, em 1961, com a promulgação da constituição e sua posterior independência em 1966.

Comenta-se que, em razão da preferência por trabalhadores contratados oriundos da Índia Oriental, uma massa de ex-escravos (homens livres) foi incentivada a ocupar terras e povoar a área rural desse país. Isso teria levado a uma política de incentivo à habitação e à exploração da bauxita, das minas de ouro e do plantio de arroz.

A cidade de Boa Vista elevada à condição de Capital, na década de 1980 a 1990, período que corresponde à descoberta de novos garimpos, concentrava 50% da população do estado. Segundo Rodrigues (2002) a maioria dos migrantes que povoam atualmente o estado chegou entre o período de 1996 a 2000, incentivada pela busca de melhores condições de vida e trabalho, sendo em sua maior parte, de origem nordestina. È significativo acentuar esse dado referente ao crescimento demográfico de Boa Vista, porque esta, das cidades que compõem a região de fronteira, além de ser a mais desenvolvida, é a referência nos serviços públicos e na relação comercial que envolve os sujeitos sociais deste estudo. Portanto, a alteração em seu quadro demográfico

² Um estudo comparativo que Richardson Bonham (1975) realizou em 1967/71 entre Guiana e Trindade a respeito do tipo de migração para o trabalho e o estabelecimento de mobilidade entre padrões de *plantation* no sul do Caribe explica que, após a libertação dos escravos neste dois países, os homens negros livres estabeleceram assentamentos de plantação na periferia e deram início ao trabalho de meio período. O autor, ao fazer a sua análise sobre os anos 70, explica que a forma como esses homens livres da Guiana e Trindade e (posteriormente) os trabalhadores migrantes trazidos no *indenturedperiod* se organizaram em vilas de plantações pelas terras do interior, é possível compreender como eles atravessaram o século XIX para se organizarem socioeconomicamente. Explicar também que em tão poucos países existiram vilas de plantações periféricas em que os agricultores eram auto-suficientes e com problemas ecológicos tão semelhantes como os da Guiana e Trindade, que faziam seus moradores procurar fonte de renda fora da vila. A formação da sociedade guianense moderna não resulta em aspectos muitos diferentes dos do Brasil quanto à migração para o trabalho. Os estudos de Richardson esclarecem, também, que esses trabalhadores contratados, no caso da Guiana, chegaram ao espantoso número de 250.000. Trabalharam nas plantações e produção de açúcar e foram contratados para viver de forma muito precária. Assinavam um contrato de cinco anos de trabalho que, se renováveis por mais cinco anos, lhes garantiria a passagem de volta à Índia.

representa dados significativos de análise para a conjuntura socioeconômica e cultural da região fronteiriça.

Entende-se aqui que todo quadro migratório, como um dado estatístico apreendido de um recorte temporal, revela uma informação conjuntural, por isso precisa de esclarecimento. Por exemplo, o recorte de 1996 a 2000 reforça a observação de que houve um crescimento significativo daquela população decorrente do “boom do garimpo”. Naquela ocasião tomou conta do país a ideia em relação a Roraima de um novo “eldorado”, e uma massa significativa de excluídos da população nordestina migrou para aquele estado. Rodrigues (2002) explica que o dado de 2001 já aponta, no entanto, para um decréscimo, talvez decorrente da queda do garimpo, e exemplifica com a diferença que vem surgindo no perfil dos migrantes: agora mais acentuada a população feminina em comparação com a masculina, segundo dados do IBGE a partir de 2000.

Além disso, Roraima vivenciou “uma febre de concursos públicos” desde a metade dos anos 90. Apesar da conjuntura de acentuados escândalos políticos envolvendo o aparelho do Estado, diz-se que tais concursos servem para “moralizar a administração pública, com a efetivação dos profissionais em suas carreiras profissionais”. Esse fato está contribuindo para mudar o perfil do migrante que se dirige a Roraima, qual seja pessoa que buscam um emprego público e com um melhor nível de qualificação profissional.

Por conseguinte o deslocamento, que nesse caso se faz pela migração definitiva em função do trabalho e da estabilidade profissional é acalentado por sentimentos de esperança e ideais de sonhos e decepções, daqueles que fazem o trânsito transfronteiriço interno e externo da região Norte brasileira. E isto mostra também o quanto se torna complexo caracterizar Roraima e as cidades fronteiriças em estatísticas que revelam informações em longo prazo. O que se pode dizer é que o fluxo de deslocamentos levou a mudanças que hoje se refletem nas exigências do mercado de trabalho, modificando, com isso, aos poucos, as perspectivas que se apresentam para essas cidades.

Sobre a população de Roraima, tendo como foco de análise Boa Vista e Bonfim respectivamente, é também significativo destacar as informações quanto ao gênero, às áreas urbana e rural e à faixa etária. No aspecto de gênero, o estado de Roraima, pelo censo de 2000, informa que a população cresceu de forma a concentrar maiores índices demográficos na Capital, um pouco estabilizados entre homens e mulheres, porém nem

tanto quanto à faixa etária. Quanto à distinção entre urbano e rural, a população em Boa Vista é de 197.098, enquanto que na área rural ela é de 3.470; Bonfim diferentemente apresenta 3.000 na área urbana e 6.326 na área rural. Conforme quadro abaixo, quanto à faixa etária, Roraima é um estado eminentemente de população jovem que se concentra na Capital, quando se compara Bonfim a Boa Vista, no entanto Bonfim também apresentará, em breve, uma população jovem majoritária, conforme se deduz da fase anterior, de criança a adolescente.

O município de Bonfim com uma história marcada por fases de picos de povoamentos relacionados às atividades de expansão agrícola, fomentação do comércio de fronteira, instalação do Pelotão do Exército, abertura de estradas, revolução guianense e catequização indígena, esse município já experimentou momentos específicos de atenção nacional, mas hoje se encontra numa situação menos prestigiada.

Dois momentos de impulso de povoamento e instalações de infra-estrutura ocorreram por volta de 1968 a 1978. Em 1968, chegou a Bonfim uma missão protestante para catequizar os índios da região. Com eles a cidade ganhou uma igreja católica e uma escola primária. Entre 1969 e 1978, assentaram-se dezenas de famílias oriundas do Nordeste brasileiro em função dos projetos de colonização da Amazônia, a exemplo do Calha Norte e Poloamazônia, que abriram novas fronteiras agrícolas.

A cidade de Bonfim tem uma infra-estrutura urbana limitada, porém condizente com seu desenvolvimento econômico. A cidade tem seu desenho contornado pelo rio Tacutu, que a acompanha em sua extensão, e possibilita vários pontos de travessia para o território da Guiana. Em um deles está a ponte do rio Tacutu.

Conforme citei acima, Bonfim não consta no quadro que apresenta os dados sobre os municípios mais procurados para a migração interna no Brasil (ver quadro da p. 12), uma vez que não apresenta os atrativos mais comuns da migração, a saber: desenvolvimento comercial e áreas de garimpo. Mas, segundo depoimentos de moradores locais e de autoridades, sabe-se que há migração guianense para esta cidade, originária do final da década de 60, depois que a Guiana tornou-se independente. Tanto os moradores comuns quanto às autoridades locais reconhecem que 70% da população de Bonfim são compostos de guianenses, mas os dados do IBGE não confirmam essa informação. Isso se explica porque, conforme informa o diretor do IBGE, o censo questiona em primeiro lugar quantos são os moradores daquela cidade, por isso, ao ser feito não prioriza a nacionalidade.

O censo cataloga o morador, mas o informe sobre o migrante, nesse caso, é evitado, pois as pessoas preferem identificarem-se como moradores de Bonfim e, de certa forma, escondem sua origem nacional. O que de certo deve ficar confuso também para o recenseador. Talvez isso explique o não destaque quanto à origem migratória e a indicação da nacionalidade em Bonfim em tabelas do IBGE consultadas. De todo modo, isso torna confuso o dado estatístico quanto à nacionalidade no sentido que interessa a este estudo, porque a identificação de não ser morador de origem e, por conseguinte, ser estrangeiro, esbarra na auto-atribuição e na atribuição que neste caso se liga a uma dupla identidade nacional que pode ser negociada.

Quanto ao quadro étnico (pg.12), os dados se dispõem na forma como o IBGE os trata, segundo a caracterização de cor ou raça, com as classificações de branco, preto, amarelo, pardo, indígena e sem declaração, entretanto desejo fazer a ressalva de que tais dados são questionáveis diante da especificidade da fronteira³. Esclareço, ainda, que no Brasil, a despeito de toda discussão dos movimentos sociais e da produção acadêmica que fazem a crítica ao uso do conceito de “Cor e Raça” na pergunta que deve qualificar o quadro étnico de nossa população, este uso permanece, então, pelo menos quando utilizado em estudos de natureza acadêmica, o melhor é que se proceda a uma interpretação mais afinada de tais dados.

Quadro 03 – População de Boa Vista e Bonfim segundo a Cor e Raça

Municípios	Total	Corou Raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem/decl.
Boa Vista	200.568	55.600	7.504	275	130.295	6.150	742
Bonfim	9.326	1.295	281	38	4.216	3.455	41

Fonte: Dados do Universo do Censo de 2000/IBGE, retirado da Tabela População de Roraima segundo a Cor e Raça.

³O IBGE, com base no censo, adota esse padrão para questionar sobre a identidade étnica, mas o reconhece como falho, uma vez que tanto a história de discriminação dos negros no Brasil quanto a situação de pobreza em que se encontram hoje é denunciadora de que, em geral, as pessoas tendem a não querer caracterizar-se como negros. De fato, questão da auto-atribuição tornou-se um desafio para a construção de dados estatísticos, porque é flagrante que tanto a história social invisibilizou os negros e os índios, quanto é fato que eles continuam a negar sua identidade étnica, apesar dos avanços no movimento político em estados, como Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro. Em Bonfim, essa negação é notória quanto aos indígenas, já que a observação empírica revela muito mais que apenas um terço da população como indígena, conforme situa o quadro acima.

A cidade de Lethem possui uma população de aproximadamente dois mil habitantes. Do ponto de vista étnico, a predominância é dos negros, seguida dos indo-guianenses e indígenas. As malocas indígenas que se localizam na Guiana, fronteira com o Brasil, são: St. Ignatius, Makusi, Schrlinab, Muriwa, SandCreek e Nappi.

Os deslocamentos contínuos em direção a Lethem se relacionam a comercialização de produtos, como açúcar e alho, e a busca de trabalho no garimpo, no comércio local o qual teve um *up* a partir de 2012. Aqueles que vão ao garimpo adentram-se no território guianense. Do mesmo modo, os guianenses deslocam-se para Bonfim e Boa Vista no intuito de venderem seus produtos e procurarem empregos em serviços de baixa qualificação. Ainda, como pude observar, para ambos os povos, outro motivo dos deslocamentos contínuos é a busca por serviços públicos (saúde e educação) nos dois sentidos, mas, prioritariamente para o Brasil.

Assim mostrando a origem histórica e as nuances da região fronteiriça aos poucos vai se desvelando, aqui, que esses deslocamentos contínuos advêm, também, dos fluxos de mercadorias, do intercâmbio de etnias e nacionalidades em torno do interesse comercial, familiar e de entretenimento. No caso do entretenimento os sentidos e significados se dão por conta das festas específicas, de cunho cultural que atende, ou melhor, desperta interesse em cada grupo étnico dependendo da relação de contato. Por exemplo: os brasileiros regionais gostam muito da festa de rodeio que ocorre em Lethem. Mas, é o forró, que de acordo com nossos dados etnográficos, que reúne as diferentes etnias tanto de um lado a outro daquela fronteira.

O que torna possível até retratar um desenho étnico desses deslocamentos contínuos em função do trabalho temporário. A saber no mercado informal, a composição étnica assim se distribui: 1) os barraqueiros, que são, em sua maioria, guianenses que se estabelecem em Boa Vista e Bonfim; 2) os atravessadores, a maior parte é de brasileiros regionais (notadamente no comando da venda de peixes e de produtos hortigranjeiros); 3) os indígenas, que estão na feira em três situações: a) os de diferentes nacionalidades (inclusive bolivianos), que vendem pequenas mercadorias industrializadas, na condição de vendedores ambulantes (sem barraca), b) os indígenas barraqueiros (especialmente brasileiros), que vendem produtos hortigranjeiros e temperos e são moradores de Boa Vista, e c) os indígenas das malocas que com apoio das prefeituras municipais, trazem suas produções para serem comercializadas: a farinha, o milho, o arroz, a mandioca e poucas peças artesanais.

Os acordos internacionais e o mito desenvolvimentista

O projeto nacional do lado brasileiro lançou mão das migrações para reforçar a política de ocupação do território brasileiro. Na Guiana ocorreu uma política de migração interna para proteger as riquezas minerais e as fronteiras com o Brasil e a Venezuela.

Quando se iniciaram a abertura de estradas e os acordos para a construção da Ponte sobre o rio Tacutu, ainda nos anos 80, essas mudanças materializaram o alargamento da ação de infra-estrutura social, e junto veio implícito o objetivo de uma defesa fronteiriça com base em uma ação militarista-empresarial com vista a impor um projeto nacional. Isso pode ser interpretado pela grandiosidade das ações governamentais e pelo discurso, que se alinha em torno das riquezas materiais da região em função dos interesses do capital. A região Norte é palco dessa realidade, haja vista que as políticas de investimento para essa região ou para os povos que ali vivem estão associadas a grandes projetos de benefícios aos interesses comerciais que podem consolidar a “vocação” do Brasil de potência da América Latina. Isso é notório em declarações que permeiam as quatro décadas em questão.

O objetivo da expansão comercial alimenta-se e fundamenta-se nas pretensões que se têm com a construção da Ponte Internacional do Rio Tacutu. Muito distante do que seja o sentido do termo “integração”, que um dos entrevistados utilizou, a integração social de que falam os discursos dos políticos e dos empresários brasileiros e dos empresários e políticos guianenses traduz-se no que significa “expansão comercial”. Vê-se que o Projeto Calha Norte pode contribuir por meio dos recursos que objetiva adquirir, para a construção da ponte, e o que deve fundamentar essa disponibilidade é, sem dúvida, a intenção de que o Brasil ocupe seu papel de “potência” junto aos países pobres da América do sul. A fronteira norte, através da ponte do Tacutu, é o caminho que viabilizará a ligação entre o Mercado e Comércio dos Países da América do Sul (Mercosul) e o Comércio dos Países do Caribe (CARICOM). Eis o significado maior do que se pretende com o termo interação social.

O território da Guiana tem um vasto campo sem a cobertura do controle fiscal de mercadorias, uma vez que as cidades principais, Georgetown e New Amsterdam, se localizam no litoral, a 360 km de Lethem. Mas é objetivo daqueles que defendem um estreitamento das relações entre os países do Mercosul e do Caricom que haja

incentivos à localização de postos de alfândega, em especial na localidade onde foi construída a ponte sobre o rio Tacutu. Isso de fato já existe hoje do lado de Lethem.

Observa-se, portanto, que a fronteira articula a um só tempo: cultura, identidade, nacionalidade e localidade. Conseqüentemente, para além dos aspectos dos dados estatísticos e geopolíticos dessas três cidades, falar sobre Boa Vista, Bonfim e Lethem é, também, narrar as várias formas de deslocamentos que se produzem em função da situação de fronteira. São deslocamentos físicos e de significados, conforme os aspectos da interação social que servem à comparação e também retratam as várias formas de travessia.

Considerações pertinentes

Sem dúvida o Brasil desponta como o país de referência nas relações que estabelece com os demais países da América Latina. No caso das relações fronteiriças com a Guiana isto se torna visível porque a Guiana apresenta um dos mais baixos Produto Interno Bruto no continente da América do Sul. Sua história política de colonização cuja autonomia política só foi alcançada no século XX é denunciante dessa situação. Mas, por outro lado, a região Norte do Brasil que faz fronteira com a Guiana, também, diante da realidade brasileira apresenta baixos índices de desenvolvimento e qualidade de vida. Assim, o que está em jogo, são os possíveis acordos internacionais que podem projetar e visibilizar as demandas para ambos os países nos diferentes setores da economia. A exemplo: as duas hidrelétricas que firmaram acordos no ano de 2013 para serem construídas na estrada entre Lethem e Linden; os acordos: Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana; E o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Implementação do Projeto “Apoio À Certificação de Sementes, Análise de Risco de Pragas e Modernização dos Serviços de Fitossanidade na Guiana”. Ambos realizados em 2017. Só para citar alguns.

É possível que a ponte internacional sobre o rio Tacutu possibilite a emersão dos conflitos latentes que demarcam a existência de distintas identidades étnicas, a situação binacional e as diferentes formas de interação social podem emergir como graves conflitos políticos entre esses dois Estados-nação; conflitos políticos de caráter local, mas, também de caráter étnico e socioeconômico expresso no âmbito nacional e transnacional. Talvez isso se explique no fato de que o processo de atribuição e auto-

atribuição, ali praticado, pode sofrer a interferência ainda maior e mais rápida dos processos discriminatórios, de que se impõem intra ou entre grupos étnicos dos dois Estados-nação.

No recorte em que se descreve o cenário da fronteira do lado brasileiro, ao falar de Roraima podemos considerar que este estado desde que passou a demandar por uma migração relacionada a suprir quadros de trabalho com certa qualificação profissional tornou isso um elemento complicador para a constante migração oriunda da Guiana. Isto porque o migrante que dali se origina é de baixa escolaridade e qualificação profissional passando a compor assim a massa dos excluídos ao chegar no Brasil. Além disso, passam a compor a massa de indocumentados do Brasil que não aparece nos dados do IBGE, no entanto, se constituem nos sujeitos sociais que povoam o cinturão de miséria da periferia de Boa Vista, pelo menos é o que encontramos ao realizar etnográficas e pesquisas outras sobre identidade.

Em ambos os países há rica diversidade cultural graças à existência de diferentes grupos étnicos; das relações sociais locais e transnacionais; das trocas simbólicas; do intercâmbio cultural provocado e alimentado pelos deslocamentos contínuos. Também, constatamos que ali os conflitos são de ordem cultural e se expressam nas formas sutis de racismo e diferenças sociais, portanto de valores inerentes às diferentes culturas locais.

A circulação de mercadoria repleta de significados da cultura do outro alarga o sentido de fronteira e produz a textura desses deslocamentos, a exemplo do que nos proporcionou a observação etnográfica das festas de reggae e de forró, durante a pesquisa etnográfica. Ali a partir de um elemento cultural da identidade mais prestigiada no jogo das relações sociais se faz a identificação de ser ou não ser migrante. O significado de fronteira, como o encontro entre diferentes, mostra a diversidade nas relações entre os grupos sociais e entre os Estados-nação, e isso favorece as fronteiras transnacionais e também as fronteiras internas.

Os sujeitos, indivíduos ou coletividades buscam a estabelecer relações de contato, movidos pelo interesse despertados junto ao desconhecido; ilustra isso a vinda de guianenses para o Brasil a procura de serviços públicos, diversões e trabalho; e no Brasil para a Guiana a procura de trabalho nos garimpos, no comércio, no entretenimento e também em busca dos serviços públicos de saúde.

Também o câmbio é um exemplo dos deslocamentos contínuos entre Brasil e Guiana. Os moradores da fronteira vivenciam relações comerciais intensas através das

moedas que circulam. Além das moedas brasileiras e guianenses, estão o bolívar e o dólar americano. Há certa informalidade no câmbio monetário, até mesmo em Boa Vista onde existe casa de câmbio oficial que parece ser resultante da comercialização legal e também um câmbio não oficial pelo qual circulam e se negociam as mercadorias ilegais entre Brasil e Guiana; do fluxo entre pessoas de diferentes nacionalidades e por fim pela existência de diferentes moedas circulando.

Por fim, a migração ali é contínua, é deslocamento de gentes, de mercadorias, de elementos culturais do viver na fronteira, dos saberes produzidos diante as relações desconfortáveis do ir e vir, e, do sentido de ser migrante sempre.

Bibliografia

- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras (1969) In: Poutignat, Philippe e Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Tradução de: Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- BAINES, Stephen G. “Os Índios Macuxi e Wapixana e suas relações com Estados Nacionais na fronteira Brasil – Guiana”. 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago: Chile, Julho, 2003.
- _____, “Os Makuxi e os Wapichana na fronteira Brasil – Guiana: etnicidade e nacionalidade numa fronteira internacional” In: Encontro ANPOCS, Caxambu, 2002.
- _____, “A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações indígenas, mineração de estanho e a construção de ‘Autodeterminação Indígena’ dirigida.” In: *Série Antropológica*, nº 126, Brasília: UnB, 1992.
- _____, “Os Waimiri-Atroari e a Invenção Social da Etnicidade pelo Indigenismo Empresarial.” In: *Anuário Antropológico*, nº 94, Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. “Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul”. *Revista de Política Comparada*, maio/agosto, V.I, nº 2, 1997.
- _____, Identidade Catalã e Ideologia Étnica. In: *Mana*, 1[1]9 – 47, 1995.
- _____, Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- COLINA, Oswaldo Ramirez. “Guyana em 1969: ‘La insurreccion de Rupununi’”. In: www.monografia.com publicado em 1997. Acesso em 14/07/2005.
- CURTAIN, Richard. *Labor Migration in Papua New Ginea: Primary School Leavers in the Towns – Present and Future Significance*. p. 269 – 309, In: *Migration and Development: Implications for Ethnic Identity and Political Conflict*. Editors SAFA, Helen e TOIT, Brian M. Du. Paris: Mouton Publishers, 1975.
- FARAGE, Nadia & Santilli, Paulo. *Estado de Sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco In: História dos Índios no Brasil*. (Org.) Cunha, Manuela Carneiro da, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- MENCK, José Theodoro Mascarenhas. “Brazil versus Inglaterra nos trópicos amazônicos: A questão do rio pirara (1829-1904)”. Brasília: Tese de doutorado, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte”, *Antropologia e Indigenismo*, nº 01, Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras. RJ: UFRJ; PETI – Museu Nacional, 1990.

PEREIRA, Mariana Cunha. “A Ponte Imaginária: o trânsito interétnico na fronteira Brasil – Guiana”. (Tese Doutorado) – CEPPAC/UnB, 2005.

_____. “Entrando e Saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais”. In: *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

RELATÓRIO Final da Comissão Especial Mista Destinada a Reaviar o Projeto Calha Norte. Senadora Marluce Pinto (senadora), Congresso Nacional: Brasília, 1997.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Garimpando” a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. (Dissertação de Mestrado).

_____, *at ali*. Relatório Estadual – Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual, realizado nos Municípios de Boa Vista e Pacaraima/RR/Brasil e Santa Elena do Uairén/Venezuela, 2002.

VIOTI, Emília. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de demerara em 1823*. São Paulo: UNESP, 1998.

Sites Consultados:

www.ibge.gov.br

www.isa.org.br